

RS: Polícia Civil deflagra operação contra quadrilha de crimes virtuais

Foram cumpridas 125 ordens judiciais e, entre elas, cinco mandados de prisão

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul (PC-RS) deflagrou, na manhã de terça-feira (13), a Operação Mirage com foco no combate a uma organização criminosa especializada em golpes de falsos investimentos.

A ação foi conduzida pela Delegacia de Polícia de Investigações Cibernéticas Especiais (Dicesp), ligada ao Departamento Estadual de Repressão aos Crimes Cibernéticos (Dercc), e apura a prática de estelionato com fraude eletrônica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

O trabalho investigativo aponta prejuízo superior a R\$ 4,3 milhões causado a uma vítima do Rio Grande do Sul e indica que ao menos outras 40 pessoas podem ter sido lesadas em diferentes regiões do país. Durante a ofensiva, foram cumpridas 125 ordens judiciais, entre elas cinco mandados de prisão preventiva e 13 de busca e apreensão nos estados de São Paulo e Goiás.

A Justiça também determinou o bloqueio de contas bancárias de 85 pessoas físicas e jurídicas, o sequestro de veículos de alto padrão e a restrição de carteiras de criptoativos custodiadas por 17 exchanges. Até o momento, três investigados foram presos.

As equipes apreenderam celulares, computadores, milhares de chips de telefonia e veículos, materiais que serão analisados para aprofundar a apuração.



Divulgação/PC-RS

Além da PC-RS, atuaram na operação as polícias dos estados de Goiás e São Paulo

A investigação teve início após uma vítima residente no Rio Grande do Sul relatar que foi enganada por um grupo que se apresentava como empresa de consultoria em investimentos. O primeiro contato ocorreu em anúncio patrocinado nas redes sociais, com promessa de ganhos elevados no mercado de ações.

Em seguida, a pessoa foi incluída em um grupo de aplicativo de mensagens com dezenas de participantes, no qual perfis se passavam por investidores experientes e orientadores finan-

ceiros, criando um ambiente de aparente credibilidade.

De acordo com a PC-RS, na fase inicial eram repassadas orientações verdadeiras sobre aplicações em plataformas nacionais, o que gerava ganhos reais e reforçava a confiança.

Posteriormente, os envolvidos induziam a migração para investimentos em criptomoedas, direcionando a vítima para uma plataforma fraudulenta.

Os valores eram transferidos via pix para contas vinculadas a empresas utilizadas pelo grupo

e, na sequência, passavam por suposta conversão em ativos digitais. Os saldos e rendimentos exibidos eram manipulados para incentivar novos aportes.

Quando ocorriam perdas súbitas, estas eram atribuídas a supostos erros operacionais do próprio investidor.

Para tentar recuperar o dinheiro, a vítima era levada a realizar novos depósitos, inclusive com promessas de contratos diferenciados e garantias irreais.

Em menos de um mês, durante maio de 2025, o montante

transferido chegou a mais de R\$ 4,3 milhões, conforme apurado pela equipe da Dicesp.

A análise técnica revelou uma organização estruturada em núcleos com funções específicas. Um deles era responsável pela captação das vítimas e utilizava linhas telefônicas registradas em nome de terceiros, operadas a partir de um mesmo dispositivo.

Outro núcleo cuidava da ativação massiva de chips, permitindo o uso de números brasileiros por operadores localizados no exterior. Houve ainda a identificação de um setor financeiro voltado à criação de empresas de fachada, muitas delas sem sede física, usadas para receber e pulverizar os valores. Também foi identificado um núcleo dedicado à conversão dos recursos em criptomoedas estáveis, com transferências rápidas para terceiros, dificultando o rastreamento.

Relatórios de inteligência financeira apontaram movimentações atípicas, fracionamento sistemático de valores e circulação entre empresas com perfis semelhantes, além do uso de pessoas com baixo poder aquisitivo como intermediárias. A operação contou com apoio das Polícias Cíveis de São Paulo e Goiás. As investigações seguem para identificar todas as vítimas, rastrear ativos, ampliar o bloqueio de recursos e apurar a participação de outros envolvidos no esquema.

PR: abordagens cresceram 273% em Maringá em 2025

Rafael Macri/PMM

A prefeitura de Maringá (PR), por meio da Guarda Civil Municipal (GCM), apresentou balanço referente a 2025 com ampliação das atividades executadas pela corporação municipal em comparação a 2024.

O levantamento indica elevação no cumprimento de ordens judiciais, nas revistas a pessoas e veículos e no atendimento de ocorrências, resultado associado ao reforço do policiamento preventivo e à reorganização das rotinas operacionais ao longo do período analisado.

Os dados mostram que os mandados executados passaram de 17 para 119. As abordagens subiram de 373 para quase 1,3 mil, um crescimento de 273,4%. Enquanto as verificações de automóveis cresceram de 58 para 409.

O relatório registra aumento na apreensão de armamentos, que



Relatório oficial aponta expansão da proteção urbana

avançou de 1 para 9 ocorrências, e na recuperação de carros, com elevação de 17 para 71 registros no intervalo avaliado.

Outro indicador em alta foi o volume de solicitações feitas pela população por meio do telefone 153. O total atendido passou

de 16,7 mil para 20,8 mil, o que demonstra maior procura pelo serviço e presença mais constante das equipes em diferentes regiões.

A expansão está relacionada à ampliação da estrutura física, com a implantação de 3 bases descentralizadas em 2025.

TJSC analisou mais de 40 mil ações em 2025

As Turmas Recursais do Poder Judiciário de Santa Catarina julgaram 40,8 mil processos ao longo de 2025. Houve o ingresso de 36 mil novos recursos, o que resultou em volume apreciado 13,54% superior ao total distribuído no ano.

O desempenho contribuiu para a redução do acervo em tramitação e para maior rapidez na entrega das decisões à população catarinense.

De acordo com relatório de dezembro de 2025 do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas e Estatística, vinculado à Corregedoria-Geral da Justiça, o estoque total soma 25,5 mil processos. Desse conjunto, 13,4 mil estão liberados para exame pelos magistrados.

Os outros 12,1 mil permanecem suspensos, pois aguardam posicionamento das Cortes, como o Supremo Tribunal

Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre os períodos com maior produção, destacaram-se outubro e julho, com 4,7 mil e 4,7 mil julgamentos, respectivamente. Fevereiro aparece na sequência, com 4,2 mil recursos decididos. A média mensal registrada no ano foi de 3,4 mil processos apreciados. Já janeiro e dezembro apresentaram os menores resultados, com 366 e 2,7 mil deliberações, reflexo da suspensão de prazos e de sessões colegiadas nesses meses.

As Turmas Recursais atuam como um 2º grau de jurisdição no exame de recursos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública. Voltado a demandas de menor complexidade, esse é um sistema que oferece um caminho mais ágil e sem custos para o acesso à Justiça no estado.